

Falta credibilidade ao

Economia

Breve

terça-feira, 27/9/88 □ 1º caderno □ 15

governo para um novo choque

BRASÍLIA — O governo não tem credibilidade e falta apoio no Congresso para sustentar um novo choque na economia. Estas são, na opinião dos principais assessores dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, razões suficientes para impedir que a equipe econômica adote a saída heterodoxa contra a inflação: desindexação da economia, acompanhada de congelamento de preços e salários. Sem essa medida, porém, a equipe do governo reconhece que dificilmente a inflação cairá.

Com a extinção do decreto-lei pela nova Constituição, um novo choque teria que ser baixado por "medida provisória" — que substituiu o decreto-lei e é automaticamente rejeitada, se não for aprovada em 30 dias pelo Congresso. "Somente um clamor da sociedade forçaria os parlamentares a aprovar uma medida dessas", diz alta fonte do governo. "Às vésperas de eleições municipais e presidenciais, o congelamento de salários seria uma medida Jim Jones: os congressistas aprovariam e se suicidariam em seguida", completa um importante assessor da Seplan.

A equipe econômica acha que tanto o choque quanto um pacto social não conseguem decolar porque empresários e trabalhadores ainda não sentiram a profundidade da crise brasileira. Os técnicos lembram que a baixa taxa de desemprego é comparável à do Plano Cruzado; os trabalhadores têm conseguido até recuperar o nível de salário real nas negociações coletivas; os empresários têm mantido sua margem de lucro, com o repasse dos custos aos seus preços. Esse quadro faz com que, na opinião dos assessores do governo, tanto empresários como

trabalhadores relutem em assumir os sacrifícios necessários para interromper a corrida de preços.

Hiperinflação — Os técnicos do governo se dividem entre os que temem a hiperinflação e os que, em menor número, acreditam que ela é o único fator capaz de unir a sociedade. A hiperinflação poderia forçar um pacto social em que se negociariam as perdas, tanto nos lucros quanto nos salários, inevitáveis para o ajuste econômico.

Hoje os responsáveis pela política feijão com arroz repetem o diagnóstico que orientou a edição dos planos Cruzado e Bresser: os mecanismos de indexação da economia fazem a inflação passada corrigir os preços futuros e impedem a queda gradual, que o governo esperava conseguir com a contenção do déficit público. Apesar disso, o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, acha que a política de redução do déficit evitou que se concretizassem as previsões pessimistas de uma inflação de 30% já no início do segundo semestre.

O governo tem instrumentos de controle de preços, pelo menos daqueles administrados pelo CIP e pela Sunab, mas os técnicos acreditam que eles só seriam eficazes se pudesse também controlar salários e todos os contratos da economia. Isso só seria possível com o apoio do Congresso. "Com essas limitações, o índice de inflação dificilmente vai cair no curto prazo", admite alta fonte do governo, que espera conseguir manter essa situação até que o déficit público caia significativamente. "E o próximo governo, eleito, poderia tentar uma medida mais radical", completa.